

OS CAMINHOS PARA DAR FIM À POBREZA

Nas comemorações do cinquentenário da profissão, as entidades dos economistas, no Rio, promoveram o debate sobre Emprego e Renda no Brasil, buscando apontar os caminhos para acabar com a pobreza no país, que atinge a dezenas de milhões de brasileiros. Nesta edição, o *JE* publica um resumo das intervenções do jornalista José Carlos de Assis e dos economistas Ricardo Henriques e Claudio Salm.

Páginas 3, 5 e 11

O ataque que atingiu o coração dos Estados Unidos

Pela primeira vez, em dois séculos de sua história, os EUA foram atacados em seu próprio território. Os atentados ao WTC e ao Pentágono não só desencadearam a primeira guerra do novo milênio como terão influência em todo o mundo.

Página

8

Eleições do Terço mobilizam os economistas do Rio

Neste número, o *JE* publica o material de campanha das duas chapas concorrentes às eleições do Terço 2001 e as orientações sobre como cada profissional poderá votar. Quem quiser poderá fazer a sua escolha por correspondência, nas cédulas que estão nesta edição.

Página

16

As mulheres e os sentidos do trabalho

A expansão da presença feminina no mercado de trabalho ocorre em um contexto desfavorável aos trabalhadores e é marcada por características que são abordados no artigo de Hildete Pereira de Melo.

Página

7



EDITORIAL

OS IMPACTOS DO 11 DE SETEMBRO

O presente número do *Jornal dos Economistas*, edição tardia do mês de setembro, foi concluído sob o signo dos profundos impactos decorrentes dos atentados do dia 11 de setembro, nos EUA.

Não temos dúvidas que a conjuntura política e econômica, nos planos nacional e internacional, irá sofrer influências importantes a partir dos desdobramentos desencadeados pela reação norte-americana. Quais as consequências possíveis de serem avaliadas, neste momento? De que modo a política e a economia, as sociedades e a cultura serão afetadas? Quais as implicações dos atentados na agenda política nacional e internacional?

Essas e outras perguntas são objeto da entrevista que apresentamos com o economista João Nogueira do Instituto de Relações Internacionais da PUC-RJ. Procurando avaliar as possíveis consequências deste novo quadro político que se abre, inclusive sobre a conjuntura eleitoral do ano que vem, acreditamos que essa entrevista nos ajude a compreender não só os fatos passados mas, especialmente, um futuro próximo extremamente incerto que se desenha no horizonte.

Apresentamos, também, nesta edição, um sumário das discussões de um dos painéis que compuseram as atividades comemorativas do cinquentenário da regulamentação da profissão de economista, no último mês de agosto. Nos referimos à mesa Emprego e Renda: Novos Caminhos, realizado na UFF, com a participação de Cláudio Salm, José Carlos de Assis e Ricardo Henriques.

Debate estratégico para o nosso futuro e riquíssimo pelas diferentes abordagens dos palestrantes, vale a pena ler com atenção as palavras desses especialistas, em torno de um dos temas mais importantes para a construção de um novo Brasil, onde a democracia não seja um mero predicado formal. Neste sentido, sugerimos também uma leitura atenta do artigo da professora Hildete Pereira de Mello, analisando a entrada das mulheres em um mercado de trabalho cada vez mais precarizado, onde o crescimento da informalidade e a queda nos rendimentos dos trabalhadores têm sido uma tônica.

Uma boa leitura a todos!

CASSADA LIMINAR DO BB

A liminar impetrada pelo Banco do Brasil contra o Corecon-RJ, para desobrigar a instituição de prestar informações à fiscalização do Conselho, foi cassada pela Justiça. Em sua sentença, o juiz federal substituto da 9ª Vara Federal, Luis Eduardo Bianchi Cerqueira, considera 'improcedente' o mandado de segurança pedido pelo BB, o qual é negado e considera inexistir 'qualquer ilegalidade ou abusividade' nas informações solicitadas pela fiscalização do Corecon-RJ ao BB.

O juiz faz uma simulação que consiste em olhar o caso como se estivesse ocorrendo em uma clínica de 'spa' que, em vez de médicos, tivesse em seus quadros um açougueiro de profissão para realizar um trabalho de lipoaspiração. Além do risco à coletividade pelo exercício ilegal da profissão de médico, o juiz cita o desprestígio que acarretaria aos médicos os er-

ros que inevitavelmente seriam cometidos e afirma:

"Num raciocínio estritamente prático, o açougueiro estaria tirando lugar dos médicos diplomados, tendo o conselho profissional também essa função de fiscalizar o mercado profissional com esse fim, impedir que o lugar dos médicos seja ocupado por açougueiros...", afirma o juiz Bianchi Cerqueira, da 9ª Vara Federal.

Em sua sentença o magistrado conclui que a fiscalização "é obrigação desses conselhos profissionais, dada a sua natureza autárquica. Não se trata de uma faculdade. É um poder-dever...", sentença.

Com base neste despacho, o Corecon-RJ lavrou Auto de Infração contra o BB para que, no prazo de 15 dias, a instituição forneça a lista de profissionais exercendo o cargo de economista.

JORNAL DOS
economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ, IERJ E SINDECON - RJ
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Cláudio Leopoldo Salm, Helena Maria Martins Lastrós, Hildete Pereira de Melo, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cynlar, Paulo Sérgio Souto e Reinaldo Gonçalves • Edição: CORECON - Conselho Regional de Economia - Rio de Janeiro • Telefax: 2232-8178 • e-mail: coreconinst@alternex.com.br • homepage: <http://www.economistas.com.br> • Editor: Nilo Sérgio Gomes • Cancatarista: Cassio Loredano • Projeto gráfico: André Lippmann, José Mira e Marcelo Paiva • Edição eletrônica: André Lippmann • Fotolito e Impressão: Tipológica • Tiragem: 13.000 exemplares • Periodicidade: Mensal - As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • Cep 20054-900
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22
E-mail: coreconinst@alternex.com.br
Homepage: <http://www.economistas.com.br>

Presidente: Ronaldo Raemy Rangel • Vice-presidente: Sidney Pascoutto da Rocha • Conselheiros Efetivos: Eduardo Mendes Callado, Helena Maria Martins Lastrós, Hildete Pereira de Melo, João Manoel Gonçalves Barbosa, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cynlar Monteiro, Paulo Sérgio Souto • Conselheiros Suplentes: Enilce Leite Melo, José Antonio Lutterbach, Júlio Diniz, Luiz Mário Behnken, Mauro Osório, Sandra Maria Carvalho.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • Cep 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • E-mail: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascoutto da Rocha • Coordenador de Assuntos Institucionais: Paulo Passarinho • Diretores de assuntos institucionais: Adhemar dos Santos Mineiro, Rogério da Silva Rocha, Enilce Leite Melo, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Luiz Mario Behnken, Antônio Melki Jr. e Renato Luiz Mello de Oliveira • Coordenador de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa • Diretores de relações sindicais: Sandra Maria Carvalho de Souza, Eduardo Mendes Callado, Carlos Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, José Faceto Ferreira, Regina Gadioli dos Santos, Paulo Gonzaga Mibeli de Carvalho e Marcelo Sereno • Coordenador de Divulgação e Finanças: Gilberto Alcantara da Cruz • Diretores de divulgação e finanças: Benni Faerman e Eduardo Carnos Scaletsky • Conselho Fiscal: Ademir Figueiredo, José Viagas e Jorge de Oliveira Comargo.

IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 • 16º andar • Rio de Janeiro RJ • Centro • Cep 20054-900 • Tel.: (21)2509-1077
Telefax: 232-8178 ramal 22 • E-mail: ierj@alternex.com.br

Presidente: Cláudio Leopoldo Salm • Vice-presidente: Hildete Pereira de Melo • Diretor de Finanças: Enikson Teixeira Lima • Diretora Executiva: Glória Maria Moraes, José Eduardo Cassolato, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Mario Cordeiro de Carvalho Júnior, Nelson Victor Le Cocq, Paulo Gonzaga Mibeli, Renata Leite Pinto Nascimento, Ruth Espinola, Silvio Renato Paes de Figueiredo.



HÁ UMA ARGENTINA SEM EMPREGO NO BRASIL

Há que se mudar a política econômica saindo da especulação e indo para a produção

O século XX foi de progressiva incorporação dos pobres à cidadania. A partir do momento em que a cidadania ampliada passa a existir é que a questão do trabalho ou do desemprego torna-se, além de um problema social e de um problema econômico, um problema político - o cidadão requer e exige participação no mercado de trabalho.

A única condição de ele sobreviver, quando não tem herança, propriedade e nem uma renda assegurada por qualquer outro meio, é a própria aplicação da força de trabalho. Então, o direito ao trabalho remunerado é tão importante nas democracias contemporâneas quanto o direito à propriedade.

O capitalismo mundial passou por dois momentos de inflexão no século XX: o *New Deal*, com o presidente Roosevelt, nos EUA, a partir de 1933, e a contra-revolução liberal, sob Reagan e Thatcher, a partir de 1979 e 1980. O *New Deal* representou um esforço de deslocamento do eixo da acumulação capitalista do setor especulativo-financeiro para o produtivo. A contra-revolução liberal, que se chamou de neoliberalismo, faz o movimento oposto: é o deslocamento do eixo da acumulação do setor produtivo para o especulativo.

Esta distinção pode parecer artificial a muitos porque o capitalismo se apresenta sempre como uma tendência à especulação, isto é, haverá sempre quem tente e consiga gerar dinheiro em cima de dinheiro, sem passar pelo processo produtivo. É da natureza do próprio capitalismo. Contudo, estou tratando de traços essenciais. A literatura está cheia de descrições sobre o frenesi

especulativo em ações, títulos, imóveis, divisas, mega-fusões e mega-aquisições, nos últimos anos da década de 20, antes do grande *crash*.

A mesma coisa observamos a partir dos anos 80. Especulação selvagem com ações e ativos financeiros e a grande crise da especulação japonesa, com imóveis. A crise especulativa dos EUA não chegou, ainda, mas há sempre uma crise virtual, em função de uma selvagem especulação. Isso é da essência do sistema que estamos vivendo hoje. Quando se retira dinheiro do circuito produtivo para o especulativo, a primeira consequência é o desemprego. A retirada do dinheiro para a esfera patrimonial leva à queda da demanda efetiva e, com ela, à deflação e alto desemprego.

Para os liberais isto não deveria ser problema - bastava que os salários baixassem e haveria um novo equilíbrio no mercado de trabalho. Isso evidentemente é uma falácia, como ficou claro nos anos 30, e como ficou novamente claro a partir dos anos 80 para cá. O mercado não se reequilibra, mesmo com queda de salários reais e nominais. A única coisa que vai reequilibrar o mercado é a forte intervenção do Estado, criando uma demanda efetiva extra e garantindo condições amplas de crédito a taxas razoáveis para o setor privado.

Os fatos dos anos de 1930, 80 e 90 mostraram que é falacioso esperar o equilíbrio automático nos mercados de trabalho e financeiro. Quem formalizou isto foi Keynes, em sua Teoria Geral, mas, antes dela, o *New Deal* mostrou que

só uma intervenção direta do setor público na economia, restaurando-se a demanda efetiva, poderia retirar a economia da depressão e do desemprego.

Programa político

Por trás do *New Deal* há uma nova realidade política no cenário norte-americano e de outras sociedades economicamente avançadas - a da cidadania ampliada. Isso faz com que o desemprego já não seja apenas um problema moral, social ou econômico, mas sobretudo um problema político.

Os desempregados dos anos 30 para cá, nos países centrais, homens e mulheres, são cidadãos plenos. É evidente que estes cidadãos tenderão a exercer seus direitos políticos, antes de mais nada, no sentido de conquistar suas possibilidades de sobrevivência, que se encontram, no mínimo, no exercício de um trabalho remunerado.

O *New Deal* é, pois, antes de econômico, um programa essencialmente político. Houve contra ele uma resistência feroz. Muita gente dizia: o *New Deal* não foi importante porque o desemprego não baixou tanto assim. No pico, o desemprego chegou a 15 milhões de norte-americanos. Isso em 1933. Quando chegou a 1939, estava por volta de 12 milhões. Realmente, não houve uma mudança tão brutal assim. Mas a mudança é da Economia Política. É a mudança da direção da política. As coisas só vão acontecer mesmo na guerra e no pós-guerra.

Mas a mudança fundamental foi antes. E ela foi resultado de uma tremenda luta ideológica, na qual estavam

Roosevelt com seu grupo de jovens economistas, como Galbraith, com o apoio à distância de Keynes, além de uma figura fantástica, que veio a ser o presidente do Banco Central americano, Marine Eccles, um banqueiro simples, autodidata, e que, sem ter conhecimento profundo de economia, fez um depoimento no Senado americano, em 1932, estabelecendo uma agenda que é toda a Teoria Geral de Keynes e o próprio *New Deal*: a idéia de que o Estado teria de criar demanda efetiva para a economia e o emprego se recuperarem.

A contra-revolução liberal

A inflação dos anos 70 levou à contra-revolução liberal. O que aconteceu a partir do Reagan e de Thatcher? Fundamentalmente, uma mudança na política monetária, com taxas de juros altíssimas, e uma mudança seletiva na política fiscal. Os EUA continuaram a ter gastos fiscais e déficit público muito altos, mas muda a natureza desse gasto.

Reagan faz um grande programa de incentivo ao investimento, mas, na verdade, de redução de impostos para os ricos. É a chamada taxa básica de juros, que era geralmente negativa, em termos reais (-2%), a partir de 1979 e 80 passa a ser positiva de 2% em média.

Como isto incidiu no Brasil, politicamente? Nos anos 80, passamos praticamente em branco nesse processo. Tivemos cinco anos de ditadura ainda nos anos 80, estávamos preocupados fundamentalmente com questões políticas internas e o mundo permanecia sob a Guerra Fria. Tivemos o problema da dívida externa, que era o foco da preocupação econômica. A questão do liberalismo passou à margem. Nos anos 90, embarcamos de cabeça na opção neoliberal com Collor e, depois, FHC. Mas aí descontamos o atraso.

Fizemos uma política monetária sem precedentes no mundo: taxas de juros tão altas durante tanto tempo eram inéditas. Fizemos uma draconiana política fiscal, sobretudo a partir do governo FHC. Estamos fazendo superávits primários crescentes, numa situação de alto desemprego e de capacidade ociosa na

economia. Fazer superávit não é um problema em si. Os EUA estão fazendo superávit no orçamento global, e não têm alto desemprego. Pelo contrário.

A questão é fazer o superávit em uma situação de alto desemprego, retirando dinheiro de circulação para atender o circuito especulativo. Faz-se superávit primário para garantir pagamento de juros, e esses juros são acumulados sobre juros e não voltam para circulação na economia, porque são acumulados na dívida pública. Então, está se retirando dinheiro de circulação para a especulação. Só pode provocar mais desemprego.

Desemprego e cidadania

Passamos nesses anos por taxas sem precedentes de desemprego e por outro fenômeno que sempre vem junto: a queda da renda do trabalho. A partir de 1997 e 98, houve uma queda sistemática da renda do trabalho. Só neste último ano, de junho sobre junho, o rendimento do trabalho (com carteira assinada ou sem) teve uma queda de 3,4%, em média, para seis regiões metropolitanas. Se considerarmos a inflação, no período, são quase 10% de queda.

Isso revela uma situação contraditória, pois o alto desemprego no Brasil surge pouco depois do momento em que conquistamos plena cidadania política, com a Constituição de 1988. Até então, não se podia votar para presidente da República. Portanto, não se podia ter pelo voto uma influência na direção da política econômica. Quando é recuperada essa possibilidade, a economia entra em uma fase de alto desemprego.

A explicação para a tolerância aparente com o desemprego nessa situação de cidadania ampliada foi o fato de a inflação ter-se configurado como um problema ainda maior do que o desemprego, nos anos 80 e 90. Então, a partir do momento em que o governo FHC fez um programa contra a inflação, e teve êxito nele, conseguiu captar apoio político para implementar uma política econômica que acabou sendo uma política econômica desempregadora. Certamente, este efeito não vai durar a vida toda. Em algum momento, a cidadania vai ter de

se pronunciar sobre essa situação de desemprego agravado.

Quero, por fim, dar a dimensão desse problema. O desemprego absoluto no Brasil, em junho, foi de 6,4%. Mas essa taxa explica pouco. A melhor das taxas pesquisadas pelo IBGE é uma que chamo de desemprego efetivo e que junta esse desemprego absoluto, o ocupado sem remuneração, e o ocupado com remuneração inferior a um salário mínimo.

Esta taxa, em junho, estava em 15,3%.

Ou seja, cerca de 13 milhões de pessoas, no Brasil, estão desempregadas. Isso é equivalente à população ativa da Argentina. Temos uma Argentina desempregada dentro do Brasil. Junto com a queda do salário real, pode-se imaginar como a situação do mercado de trabalho é terrível, sem precedentes na história. Esse desemprego surge como determinação da política monetária e fiscal. A saída para este processo será política, que imaginamos possa vir de uma mobilização nacional pelo pleno emprego.

Essa mudança de política econômica consiste, fundamentalmente, em alterar a política monetária, baixando os juros, e a política fiscal, para recuperar a capacidade de gasto do Estado. Essa mudança significa fazer o caminho oposto ao neoliberalismo: sair do sistema especulativo e entrar no sistema produtivo. Essa é a essência da política de pleno emprego que postulamos.

Os conservadores vão dizer: não se pode fazer isso porque senão haverá uma crise no balanço de pagamento. É verdade. Se baixar drasticamente a taxa de juros e se retomar os gastos do setor público, mesmo em recessão, haverá uma crise no balanço de pagamentos. Por isso, a primeira providência a tomar é recuperar o controle no balanço de pagamentos, ou seja, re-centralizar o câmbio e fazer um recuo na liberalização e na internacionalização do sistema financeiro.

Temos que re-nacionalizar o sistema monetário e bancário no Brasil. Só assim a gente consegue fazer uma política de pleno emprego. ■

* Jornalista

DEBATE - EMPREGO E RENDA Ricardo Henriques*

O MAIOR PROBLEMA É A DESIGUALDADE

Acabar com a desigualdade implicaria em estimular a economia nacional

O meu ponto de partida é a constatação de que a desigualdade e a distribuição de renda no Brasil infelizmente pagam o tributo de uma herança histórica de injustiça social enorme, que tem excluído estruturalmente uma parte significativa da população brasileira do acesso a condições mínimas de dignidade e de cidadania.

Talvez a hipótese mais forte seja a de que para entender a questão da pobreza no Brasil é incontornável entendermos a questão da desigualdade, evidentemente desigualdade de renda; para entendermos a desigualdade de renda temos que entender emprego também. Mais do que, provavelmente, uma e meia Argentina de pobres no Brasil, hoje, temos 34 milhões de pessoas que podem ser consideradas como pobres e quase 14 milhões de indigentes.

A pobreza não é o nosso principal problema. Nem do ponto de vista social e nem do ponto de vista econômico. O nosso principal problema, aquele sobre o qual temos mais resistência em enfrentar, na tradição dos vários governos que passaram e na tradição das várias formulações teóricas e ideológicas que estão disputando a pauta da análise e da proposição de política no Brasil - o nosso maior problema é a desigualdade.

Acho que isso deva ser pensado para entendermos e enfrentarmos a questão do emprego e desemprego, na questão da possibilidade de construir uma sociedade mais justa, democrática e mais eficiente.

Pobres, no Brasil, são pessoas que não têm condições mínimas de cumprir o que seria um requisito mínimo de alimentação, transporte e moradia. Indigentes são aquelas que têm sequer condições de cumprir as condições mínimas de alimentação da-

das pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Não vou trabalhar com indigência, mas com pobreza. Dados de 1999, da PNAD, informam termos 34% da população de pobres, algo em torno de 53 milhões de pessoas. Olhando para a série histórica há apenas duas inflexões do percentual da pobreza: uma com o Cruzado - algo de 43% para 28% de pessoas pobres na população do país; mas, imediatamente após os efeitos da estabilização, há a retomada da inflação, voltando ao patamar de pobreza anterior. E, depois, com o Real, de 42% para 34%. Mas a partir daí o patamar de pobreza ficou absolutamente estável.

Por que temos tantos pobres? O paradoxo se coloca no fato de o Brasil ser um país relativamente pobre, enquanto Nação, mas do ponto de vista da população do mundo, dos países do mundo, ser impossível atribuir a condição de pobre ao Brasil. Se considerarmos a renda per capita dos países, temos algo como 75% da população do mundo vivendo com renda per capita inferior à renda brasileira. Só um quarto do mundo é mais rico do que o Brasil.

O que aconteceria com esta percentagem se o Brasil fosse tão desigual quanto os nossos vizinhos? Se fôssemos tão desiguais quanto a Costa Rica, em vez de 34 milhões teríamos 21% ou 22% de pobres. Como a Argentina, teríamos perto de 19% de pobres. Evidentemente, isso seria um exercício balizador para ver a intensidade de nossa desigualdade. Se fosse possível transformar esse país tão desigual quanto o Uruguai, teríamos muito menos pobres.

Pelos dados mais tradicionais de desigualdade, como o coeficiente de Gini, o

Brasil em desigualdade só perde para Malaué e África do Sul. Qual a relação dos mais ricos e mais pobres nesse país? Quanto os mais ricos ganham a mais do que os mais pobres?

No Brasil, os 20% mais ricos ganham mais 32 vezes do que os 20% mais pobres. E aí o nosso padrão é só Guatemala, um país extremamente pobre e extremamente desigual. Olhando a distribuição de renda, sem patrimônio, do Brasil, temos o seguinte: os 10% mais ricos detêm metade da renda brasileira. E os 50% mais pobres, portanto metade da população, detêm um pouco mais de 10% da renda.

O que é mais perturbador (isso é verdade em 1999) é que os 10% mais ricos detenham em torno da metade da renda brasileira, ao longo do último quarto de século. Isto é, passando pela ditadura militar, abertura política, o governo estapafúrdio de Collor, dois de FHC, 13 planos de estabilização macroeconômica, mais as mudanças políticas, institucionais e de ordem econômica, sem ter se alterado.

O que vimos? Flutuar a balança de pagamento, o emprego, várias vezes a política de juros. Vimos as insensibilidades do ponto de vista da dívida pública interna, da externa, da abertura da economia do país, da gestão de nossa Previdência. Em tudo o país mudou ao longo deste quarto de século, mas do ponto de vista da distribuição de renda nada aconteceu, absolutamente.

Infelizmente, o consenso político, acadêmico e institucional no Brasil é o de que, no amplo leque político, ideológico e partidário a desigualdade é uma questão me-

nor. Tomara que este consenso tenha diminuído, mas tem sido assim em vários momentos.

Em nossa experiência histórica recente, tirando o impacto do Cruzado e do Real nada teve associado ao que talvez seja nossa maior carência e ao mesmo tempo nossa possibilidade de alavancar a economia, que é reduzir a desigualdade.

Temos uma renda per capita no ano que está em torno de 5 mil dólares e os países industrializados têm de 15 mil dólares. Temos um terço da renda per capita dos países industrializados. O que pode explicar isso? Temos um pouco mais do que a média da América Latina e mais que a média do resto do mundo, dos não industrializados.

Quatro coisas podem explicar isto, a princípio. A primeira é chamada na literatura de uma razão de dependência. Ou seja, será que o Brasil carrega muitos jovens e muitos velhos numa intensidade maior do que o resto do mundo? E portanto tem que gerar uma riqueza, por parte da mão de obra que está produzindo, suficiente para um contingente muito grande, maior do que a média do mundo, de jovens e idosos?

Aí vemos o seguinte. A razão de dependência nos países industrializados, pós 68, é um pouco maior do que a razão de dependência no Brasil. Temos mais idosos e jovens para serem carregados economicamente. O que a gente pode calcular aqui é qual é a renda per capita não mais da população, como um todo, mas por adulto em idade de trabalhar.

O que a gente vê é que a renda, em vez de US\$ 5 mil, passa a US\$ 8,4 mil, e a dos países industrializados é de US\$ 22,1 mil. A diferença caiu, mas ainda é pouco. O Brasil tem ainda a melhor média da América Latina e está melhor do que a média do mundo. A razão de dependência explica alguma coisa. Mas ainda está longe de explicar tudo.

Será que a taxa de participação do mercado, quantas pessoas em idade para trabalhar estão efetivamente trabalhando, explica a diferença nossa para os países industrializados? Aí nós vemos o seguinte, meio por acaso, aqui no cálculo está exatamente o mesmo valor, a taxa de participação Brasil e países industrializados é a mesma e obviamente quer dizer o se-

guinte: no tempo ela varia um pouquinho, mas elas são muito próximas. A taxa de participação explica muito pouco.

O que sobra? Duas coisas. A renda média por trabalhador passa a ser US\$ 11,6 e a dos países industrializados, US\$ 30,8. É um pouco menos de que um terço, tal qual quando a gente viu a razão de dependência. Mas a diferença é gigantesca, embora o Brasil esteja melhor que a América Latina e melhor do que a média do mundo.

O que mais? O que está associado ou à qualidade que estamos medindo aqui, tecnológica, ao posto de trabalho ou à incorporada ao transformador desse trabalho. E o que a gente vê é o seguinte. Comparando do ponto de vista da tecnologia incorporada ao posto de trabalho, o Brasil é pior do que o mundo. O que acontece? O Brasil é 11,6 e o mundo industrializado é 16,9 – a diferença existe, mas não é tão intensa quanto antes.

O Brasil em relação ao resto do mundo tem evidentes defasagens, do ponto de vista tecnológico e da capacitação da mão-de-obra, sendo a defasagem desta última de muito maior intensidade do que a que ocorre em relação à incorporação da tecnologia a cada posto de trabalho.

O que a gente vê quando olha a diferença salarial no interior do mercado de trabalho é que esse mercado gera desigualdades, segmentação, discriminação, ou é capaz de traduzir uma desigualdade anterior. O que se está dizendo quando um homem ganha regularmente mais do que uma mulher? Estamos dizendo que o mercado de trabalho discrimina gênero e produz desigualdade.

A heterogeneidade educacional nesse país explica 40% da desigualdade salarial, ou seja, dois terços do que sabemos está associado em diferenças entre educação. Quer dizer que educação é uma panacéia? De jeito nenhum. Se a gente acabar com a diferença educacional no Brasil será que vai acabar a desigualdade salarial, de renda? De forma algu-

O ativo mais escasso na sociedade brasileira é a educação e este problema está longe de ser razoavelmente resolvido com eficiência e qualidade

ma. Provavelmente vai acontecer como nos países europeus: acaba a desigualdade educacional e a discriminação de gênero passa de 3% para 20%, 25%.

Se tivéssemos a escolaridade relativamente democrática, teríamos uma diferença associada a gênero. Ou seja, o ponto todo é se faz sentido esta sociedade estar naturalizando de forma perversa a desigualdade, que está associada a vários momentos históricos. Se a desigualdade educacional explica tanta desigualdade de renda, a principal ação sobre uma política ativa de repactuação social, que defina uma sociedade mais justa e mais eficiente, implica em distribuir todos os ativos básicos da sociedade.

Três são chaves: terra, crédito e educação. A terra não vai ter quase impacto salarial, mas vai ter impacto de cidadania. Certamente, o crédito vai ter um enorme impacto de renda, mas o ativo mais escasso na sociedade brasileira é educação. Ele está longe de ser razoavelmente distribuído, de forma rápida, eficiente e com qualidade.

É talvez o passo mais avançado, mais radical no sentido de acabar com o nosso maior problema, que é esta desigualdade que ficou infelizmente reconhecida como algo natural. Talvez a partir daí o país gere mais renda e uma sociedade mais justa. ■

* Economista do Ipea e professor da UFF

MULHER E MERCADO Hildete Pereira de Melo*

AS MULHERES E OS SENTIDOS DO TRABALHO

Analisar o mercado em um corte de gênero implica em reconhecer que uma boa parcela de mulheres trabalha sem remuneração

Nos últimos 20 anos, o mundo do trabalho viveu profundas transformações. Em paralelo a essas mudanças, houve um aumento da participação feminina no mercado de trabalho, fato que ocorreu tanto aqui como em todos os países latino-americanos. Essa expansão da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho foi uma barreira vencida pelas mulheres, no seu processo de emancipação sócio-econômica.

Este aspecto positivo foi seguido de um aumento das taxas de desemprego, diminuição da capacidade de geração de postos de trabalho na economia, modificações nas relações trabalhistas, crescimento da informalidade e queda das rendas do trabalho. Assim, foi neste contexto desfavorável ao trabalhador que as mulheres irromperam no espaço público.

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho veio com a diminuição da taxa de crescimento populacional e o envelhecimento da estrutura etária da população, que seguramente permitiu às mulheres se dedicarem com mais intensidade às atividades produtivas. Assim, a taxa de crescimento do emprego feminino foi de 3,68% (1985/95) ao ano, para uma taxa de 2,37% do emprego total (PNAD/IBGE).

As mulheres que ingressaram no mercado de trabalho não mais se retiraram na mesma proporção. E a ocupação feminina se diversificou: cresceu a participação no emprego industrial, tanto no chão de fábrica como nos cargos de direção e planejamento, embora seja no setor de serviços que esta entrada tenha sido uma marca inequívoca, quase 80% da ocupação feminina são neste setor (1998).

Trabalho sem remuneração

É claro que este já era um setor tradicionalmente ocupado pelas mulheres, devido ao ser-

viço doméstico remunerado e às atividades de magistério e saúde; mas deve-se registrar que houve um aumento contínuo da participação feminina, inclusive, nas atividades modernas, oriundas da revolução microeletrônica.

Não se pode esquecer que as atividades do setor serviço têm baixa capacidade dinâmica e, a partir de suas demandas, é difícil impulsionar o processo de acumulação de capital, gerando um novo ciclo de crescimento. Dessa maneira, a chegada das mulheres ao mercado de trabalho teve como primeira consequência o aumento da competição entre os trabalhadores por um posto de trabalho.

Analisar o mercado de trabalho num corte de gênero implica em ressaltar as seguintes características: a primeira é que há um grande número de mulheres que trabalham sem remuneração. Esta taxa chega a ser escandalosa quando se observa o caso das mulheres rurais, onde 81% delas trabalham sem remuneração; isto de um lado desnuda a questão da invisibilidade do trabalho feminino, de outro explica a pobreza que ronda os lares rurais.

Esta invisibilidade que cerca o trabalho feminino é desvendada analisando as duas formas possíveis de agrupar as informações da PNAD/IBGE. Usualmente, os pesquisadores nacionais utilizam sempre o critério restrito, abandonando os ocupados no autoconsumo e em jornadas de trabalho inferiores a 15 horas semanais. Mas isso implica excluir um grande contingente feminino que, devido à maternidade, tem jornadas de trabalho menores e se dedica à produção de autoconsumo. Esta também é uma tarefa feminina, espécie de extensão dos cuidados maternos com a prole. Este é particularmente o caso das trabalhadoras rurais.

A segunda característica é o aumento da responsabilidade das mulheres na sociedade, muitas ficando sozinhas para cuidar dos filhos. Em 1990, 20,30% dos domicílios nacionais eram chefiados por mulheres e, em 1998, esta taxa de participação foi de 26% (PNAD/IBGE), um crescimento significativo. A terceira é a de que as mulheres não exercem funções compatíveis com a sua formação, a despeito de seu maior nível de instrução, em relação aos homens, ocupando postos mais precários e ainda com menor remuneração.

Esta remuneração, em média, corresponde a menos de 70% dos rendimentos auferidos pelos homens, embora a defasagem venha diminuindo ao longo da década de 90. Esta situação é agravada no caso das mulheres negras, que ganham menores rendimentos e registram taxas mais elevadas de desemprego, tanto no grupo mais jovem, quanto no mais maduro.

Assim, as mulheres, além da defesa de uma vida digna para todos, têm uma agenda específica de lutas: colocar a realização e a divisão das tarefas domésticas na agenda política. Esta demanda ainda não se transformou numa consigna política, nem no plano internacional, nem no nacional.

O trabalho doméstico ainda é realizado predominantemente por mulheres e define o eterno lugar e o status inferior da mulher na sociedade. Essa discriminação remete ao tema da invisibilidade do trabalho das mulheres, que é a mais antiga questão levantada pelas feministas na segunda metade do século XX no debate sobre a nova cidadania. ■

* Professora da Faculdade de Economia da UFF.

QUE NÃO SE REPITA A FARSA DE 89

Economista alerta para uma possível influência dos atentados no discurso da direita nas eleições de outubro de 2002

Na emergência dos fatos desencadeados a partir da manhã do dia 11 de Setembro, o *JE* foi ouvir o economista João Pontes Nogueira, professor do curso de Relações Internacionais da PUC do Rio. Ex-pesquisador do IBASE e com a experiência que adquiriu fazendo o doutorado na Universidade de Denver, no Colorado dos EUA, João vai em um ponto inquietante: a influência que os atentados possam ter nas eleições presidenciais do ano que vem. "Eu vejo a influência do 11 de Setembro e a mudança que ele provocou na política externa norte-americana como sendo extremamente preocupantes para as possibilidades de se rever a política econômica no Brasil, a partir das mudanças políticas que poderão vir a acontecer no ano que vem", diz ele na entrevista a seguir.

Jornal dos Economistas – *A que você atribui os acontecimentos do 11 de Setembro?*

João Nogueira – É difícil encontrar uma causa concreta porque a gente não sabe quem foi ainda. Sou cauteloso a comentar as causas porque há uma certa precipitação na atribuição das responsabilidades, apesar de ter indícios, ainda que pela mídia, de que o atentado tenha origem em grupos terroristas ligados à causa do Oriente Médio. É fato que, já há alguns anos, tem aumentado em intensidade, sofisticação e organização a capacidade de uma série de grupos

de perpetrar atentados bastante ousados.

Tudo isso parece ter a ver não só com o aumento dessa capacidade de infringir danos contra os EUA, mas também em função da dificuldade em resolver problemas políticos sérios no Oriente Médio, como o problema palestino - a formação do Estado palestino e, ainda, o prosseguimento de uma política em relação ao Iraque, de bombardeios sistemáticos contra alvos neste país. Há também o isolamento do Irã, por parte dos EUA, apesar das mudanças políticas que estão ocorrendo dentro daquele país. Então, há uma combinação de maior capacidade de operação dos grupos terroristas com os impasses que persistem no Oriente Médio, contando com a participação e a própria política externa dos EUA na região.

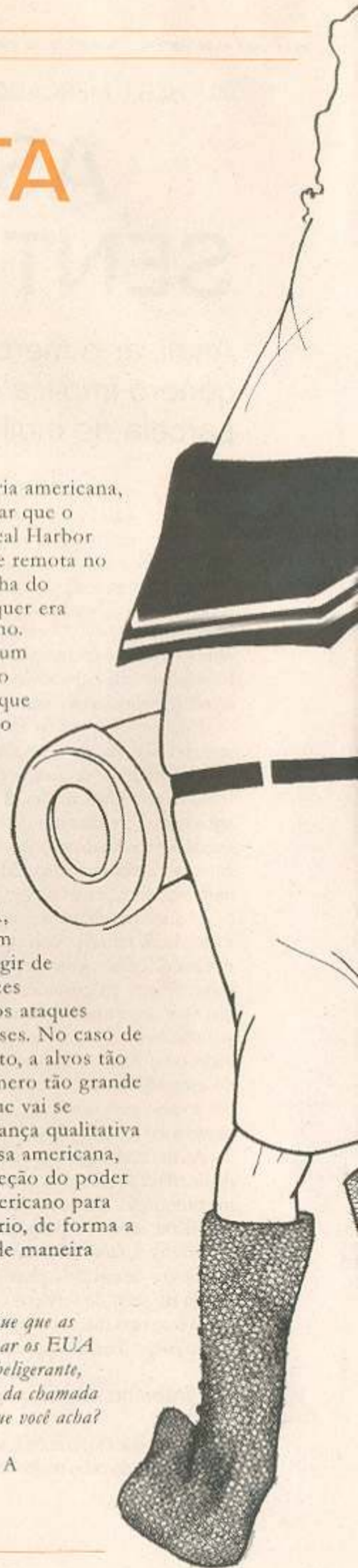
JE – *O mundo mudou ou não a partir desses atentados?*

JN – Eu diria que vai mudar, e de uma maneira importante, a política de segurança americana. Como os EUA são a maior potência mundial, uma mudança qualitativa na política externa e na de defesa do país deve produzir uma mudança importante no equilíbrio de forças mundial. Acho que a principal causa dessa mudança é o fato de que os EUA foram atingidos dentro do seu território, em alvos importantes, em sua maior cidade, que é Nova Iorque, e em alvos estratégicos, como o Pentágono. Essa foi certamente a primeira vez que isso

aconteceu na história americana, se a gente considerar que o ataque japonês a Pearl Harbor foi contra uma base remota no Pacífico, em uma ilha do Havaí, que nem sequer era um estado americano. Este, de agora, foi um ataque que atingiu o coração dos EUA, que nunca havia passado por esta experiência. Um ataque desse tipo em qualquer Estado provoca reações normalmente violentas e os EUA, em sua história, têm experiências de reagir de maneira muitas vezes desproporcional aos ataques contra seus interesses. No caso de um ataque tão direto, a alvos tão centrais e com número tão grande de vítimas, acho que vai se produzir uma mudança qualitativa na política de defesa americana, no sentido de projeção do poder político militar americano para fora do seu território, de forma a poder defendê-lo de maneira mais eficaz.

JE – *Há quem coloque que as mudanças devem tornar os EUA um país ainda mais beligerante, com o apoio inclusive da chamada opinião pública. O que você acha?*

JN – Duas coisas. A





primeira é que quando se trata de questões de segurança nacional desse nível, isto é, da segurança do próprio território e de sua população, as grandes potências tendem a adotar estratégias unilaterais. Nesse caso, os EUA estão procurando o apoio dos seus aliados, mas claramente é um apoio mais exigido do que solicitado; e exigido dentro de um contexto de legitimar e sancionar ações que vão ser decididas pelos EUA, e não negociadas com os seus aliados. Vão ser decididas e o apoio deverá ser dado, quase que

incondicionalmente, o que quer que eles façam. Um dos problemas dos EUA no Pós Guerra Fria era exatamente decidir o seu interesse nacional, já que não havia nenhuma ameaça iminente à sua segurança e aos seus interesses vitais. Agora, não. Há claramente uma ameaça a interesses vitais, como a proteção do próprio território e de sua população. Nesse caso, a justificativa da ação unilateral, para eles, é suficiente. Nesse sentido, não vejo um esforço para tentar nos fóruns multilaterais dar conta desse problema. Pelo menos em um primeiro momento. Vejo que os EUA estão dispostos a arcar com os custos desta ação, mesmo sabendo que ela poderá provocar muitas vítimas inocentes.

A outra questão é que sem uma ação multilateral, em cooperação, não só com os aliados mas com países da região, vai ser difícil lidar com o problema do terrorismo. Os EUA, sozinhos, não vão conseguir debelar todas as redes. Não é só o financiamento ou os campos de treinamento, há as causas políticas que têm a ver com problemas que ocorrem com países

da região e que requerem cooperação nas áreas de negociação diplomática e de ajuda econômica. A radicalização militar vai inviabilizar esse lado multilateral e da diplomacia, que acho ser o fundamental para atacar a raiz do problema.

JE – *Há quem veja os atentados como uma reação, negativa, é claro, à política intervencionista que os EUA vêm praticando nos últimos 50 anos, como maior potência do planeta, particularmente no Oriente Médio. Qual a sua opinião?*

JN – Eu não acho que o terrorismo seja um meio político adequado, uma estratégia política para responder ao tipo de questões levantadas, ou seja, os lados bastante negativos da política americana nos últimos 50 anos. Na verdade, o terrorismo, tal como praticado, implica na negação da política. Não há nenhum espaço para fazer política nesse contexto. O que está acontecendo são todos os efeitos perversos, que estão apenas começando, da ação terrorista. Isto é simplesmente militarizar as questões, colocar maior sofrimento entre pessoas inocentes, que não têm condições de se defender, e colocar ainda mais longe qualquer perspectiva de solução dos problemas.

JE – *Como avaliar os resultados da atividade política, nos últimos 50 anos, em termos de resolução do problema palestino?*

JN – Não sou especialista em Oriente Médio, mas mesmo no caso da Palestina (sabe-se que o movimento palestino usou táticas terroristas, em diversos momentos da história recente, como também o próprio movimento sionista) a gente pode distinguir, nas táticas de certos movimentos, principalmente naqueles que tinham finalidade política mais precisa – no caso ou a fundação do Estado de Israel ou a do Estado Palestino – que os alvos escolhidos eram militares ou ligados ao Estado. Essa nova classe de terrorismo é muito mais um terrorismo que visa ter um impacto na mídia, muito

indiscriminado, que produz um número massivo de vítimas civis e que vejo como uma novidade desse atentado agora.

Quanto às ações políticas que possam vislumbrar soluções para esses problemas, houve, depois da Guerra do Golfo, em 1991, o início de um processo que chegou muito próximo a uma solução, que seria a fundação do Estado Palestino. Infelizmente, isso se reverteu nos últimos meses. Mas os últimos 10 anos provam que é possível, através da política, resolver alguns desses problemas. No Irã, por exemplo, apesar da política de isolamento ser equivocada, é possível a muitos aliados deles, inclusive, os europeus, exercem pressões para que sejam adotadas políticas sensatas e o Irã seja reintegrado à normalidade das relações internacionais. No Iraque, há um crescimento considerável de movimentos contra a política de embargo do país, tanto na Europa quanto nos próprios EUA, onde existem grupos políticos que se opõem à política do governo americano. Logo, há algumas aberturas importantes que tornam possíveis soluções para esses problemas.

JE – *Mas o problema não foi resolvido...*

JN – O que vejo é que concomitantemente a esses processos, que criaram uma série de expectativas, também há a persistência de regimes ditatoriais nesses países, que impossibilitaram a produção de um ambiente político mais favorável, mais democrático e plural, dentro dessas sociedades, regimes muitas vezes apoiados pelos próprios EUA. Há realmente uma radicalização do movimento islâmico, a partir da própria guerra no Afeganistão, com ramificações na Argélia, no Egito e, assim por diante, como resposta ao que estava acontecendo nesses países. A conjunção desses fatores dificultou consideravelmente a busca de soluções políticas.

JE – *No campo da economia, entre os efeitos do 11 de Setembro, fala-se em*

redução ainda maior dos fluxos de comércio internacional e dos investimentos externos, particularmente, para os chamados 'emergentes'. O que você acha?

JN – Acho que ainda é cedo para se avaliar a real dimensão do impacto sobre a economia. Como a economia mundial está muito 'financeirizada', há então uma grande dependência e expectativa sobre o consenso dos investidores para que esses fluxos de investimentos continuem circulando. Como tem muita incerteza, o mais provável são os investidores e as empresas adiarem suas decisões, tendendo a manter suas posições, livrando-se daquelas mais arriscadas em mercados fora dos EUA. De uma forma mais abrangente, se a gente for interpretar esse crescimento econômico dos últimos 10 anos como sendo resultante da capacidade dos países centrais em levantar barreiras que obstaculizam a circulação do capital financeiro e produtivo, é possível – isso é mera especulação – que essa nova situação coloque obstáculos a este fluxo de capitais bastante rápido, cada vez menos regulamentado e mais liberalizado.

É interessante, do ponto de vista dessa economia global, ver como esse otimismo que caracterizava a economia depois do fim da Guerra Fria tinha muito a ver com essa idéia de que se seria possível às economias centrais – Europa, EUA e Japão – prosperarem, a despeito dos problemas de segurança que viessem a ocorrer no Terceiro Mundo ou em outras áreas periféricas. A idéia de que o mundo democrático liberal sobreviveria e prosperaria, mesmo que houvesse instabilidade fora do núcleo. Alguns autores chamavam isso de 'federação pacífica' das democracias liberais capitalistas e achavam que ela pudesse se estender gradualmente para o resto do mundo. O que a globalização vem mostrando é que essa idéia de que as economias podem prosperar sem que nada ameace a sua segurança está caindo por terra. Isso pode afetar bastante negativamente a percepção de quem faz política e também dos agentes econômicos.

JE – *Você vislumbra mudança no roteiro da globalização após o 11 de Setembro ou uma recessão ainda mais profunda?*

JN – Acho que se há uma recessão mundial, com retração dos fluxos de capitais, certamente o Brasil vai receber menos recursos daqui para frente. Mas a minha preocupação primária é com os efeitos políticos que vão incidir sobre o Brasil e os países da América Latina. Nós sempre estivemos sob a esfera da influência norte-americana e já passamos também por períodos em que as preocupações de segurança americana incidiram diretamente sobre a política nacional. Pareceria que, nos últimos 10 anos, isso já não era mais assim, ou seja, teríamos alguma autonomia na definição dos caminhos da política. As alternativas políticas poderiam ter alguma chance de vingar, serem vitoriosas, mesmo sendo de esquerda. No momento em que o modelo neoliberal mostra os seus limites, o esgotamento claro da sua capacidade de gerar crescimento, e em que o Brasil passa por uma possível mudança política nas eleições presidenciais do ano que vem, com a possibilidade de uma redefinição desse modelo econômico, os efeitos dos atentados podem vir a ser extremamente negativos, já que serão feitas pressões sobre países como o nosso, no sentido de inibir o crescimento de forças de esquerda que tenham uma agenda de menos alinhamento com os EUA e que, inclusive, não apoiem a política externa norte-americana. Então, nesse sentido, eu vejo a influência desse acontecimento e da mudança na política externa norte-americana como sendo extremamente preocupantes para as possibilidades da gente rever a política econômica, a partir dessas mudanças políticas que poderiam vir a acontecer no ano que vem.

JE – *Ou seja esses acontecimentos poderão vir a influenciar a sucessão presidencial no Brasil, em 2002?*

JN – Exatamente. Se lembrarmos da

eleição de 1989, que se deu justamente no momento em que terminada a Guerra Fria havia caído o Muro de Berlin, as forças mais conservadoras usaram muito o discurso associando a esquerda ao passado, a tudo aquilo que estava sendo demolido junto com o Muro de Berlin, ou seja, o socialismo real. Penso que isso teve um impacto importante na escolha do presidente naquela época. Hoje em dia não vejo que vá ser diferente.

JE – *Nesse caso, como você acha que a esquerda deve agir?*

JN – Eu receio que a oposição faça uma leitura do ataque como sendo de alguma maneira uma reação justificada à política externa americana. Certamente, a política antiamericana facilita essa associação de idéias da esquerda com forças que justifiquem ou defendam o terrorismo. É bom que a esquerda seja obrigada a discutir esse assunto, pois vai ajudar muito colocar a agenda internacional no debate dos partidos, já que ela tem sido monopolizada pelo presidente, sem que a oposição tenha preocupação em colocar a política externa em debate público, redefinir o papel brasileiro no cenário internacional. É importante e é uma boa chance de denunciar certas omissões, inclusive, quanto a estas questões mais amplas. O perfil da diplomacia brasileira continua sendo o de subordinada aos interesses econômicos, ou à diplomacia econômica, que privilegia a inserção do Brasil na globalização em detrimento de uma diplomacia mais autônoma, que coloque não só questões econômicas como políticas, que um país como o Brasil não pode ignorar. Essa diplomacia de baixo perfil, que faz com que o Brasil tenha sempre uma ação reativa aos acontecimentos internacionais, sem tomar a iniciativa, pode ser um ponto importante para a esquerda, se ela tiver capacidade de elaboração nessa área, para se distinguir do atual governo e criticá-lo. ■

O BRASIL CONTINUA SUBDESENVOLVIDO

O Brasil permanece sendo um país muito heterogêneo, que é pré-moderno, moderno e pós-moderno ao mesmo tempo

O José Carlos de Assis apresentou uma visão que muitos economistas consideram ultrapassada, que é a visão keynesiana do problema. Já o Ricardo Henriques mostrou uma visão que tem mais a ver com o pensamento hoje dominante. Dado que sou muito mais simpático à visão keynesiana, vou referir-me criticamente ao discurso do Ricardo. Começo dizendo que não concordo com nada do que ele falou; a não ser com os dados. Com os dados a gente não discute. Não concordo com o que ele explicitou e nem com o que está implícito na sua fala.

Não sei de onde ele tirou a certeza de que a desigualdade é pior do que a pobreza. Ambas são ruins, mas se tiver que opinar sobre qual delas é pior diria que é a pobreza; não a desigualdade. A menos que, como dizia o Mário Henrique Simonsen, sejamos todos invejosos... Eu preferiria estar no quintil inferior da distribuição de renda nos EUA, com toda sua desigualdade, do que em qualquer quintil de um país miserável por igual. Mas isso é apenas um detalhe.

Pobre, injusto ou o quê?

O que está implícito na exposição do Ricardo é uma idéia que Fernando Henrique costuma defender: a de que o Brasil não é um país pobre, mas um país injusto. O que significa isso? Significa que nosso maior problema não é voltar a crescer, mas, sim,

corrigir as injustiças. Tanto que Ricardo se referiu a décadas de crescimento, sem que as desigualdades tenham diminuído. É isto que está implícito e é disso que eu discordo.

Mas, antes, por que divergimos? Não é porque acho que o Ricardo disse coisas "erradas". Acho que divergimos porque temos uma percepção diferente do que vem a ser o Brasil. O Brasil continua sendo um país profundamente heterogêneo. É pré-moderno, moderno e pós-moderno, tudo ao mesmo tempo. Em uma palavra, continua sendo subdesenvolvido, na medida em que o subdesenvolvimento consiste justamente nisso: a coexistência do não-coetâneo.

Encontramos aqui de tudo, desde a agricultura mais primitiva até a exportação de aviões de alta tecnologia. Isso é o subdesenvolvimento. Para colocar de maneira bem simples, entre os nossos pobres temos tanto problemas de carência nutricional como problemas de obesidade. Enquanto os países desenvolvidos foram superando determinados problemas, nós acumulamos problemas - adicionamos novos sem resolver os antigos. Em grandes linhas, quais

são as agendas sociais que os países hoje desenvolvidos superaram? Primeiro, o acesso à terra. Todo mundo aqui conhece os filmes de cowboy, sobre a ocupação da fronteira americana. Depois, do início do século XIX até a guerra civil, eles resolveram o problema dos direitos civis, acabaram com a escravidão, estenderam a cidadania.

Do final do século XIX até após a Segunda Guerra Mundial, eles cumpriram com a agenda da social democracia, a regulação do mercado de trabalho, do trabalho feminino e do trabalho da criança, trataram da legitimação dos sindicatos, enfim, da questão da proteção social. E, agora, diante das novas tecnologias, diante dos desafios da informática, passaram a dar

O meu desconforto é com a ênfase posta na questão da educação, inclusive como explicação para todos os nossos males

importância, mais do que antes, à questão do acesso à informação, ao conhecimento, à educação.

O meu desconforto com o discurso do Ricardo é que para ele o que existe de problemático é apenas o que consta desta nova agenda, onde sobressai a questão da educação. Ele até mencionou o acesso à terra, mas a ênfase foi posta na questão da educação, inclusive como explicação para todos os nossos males. Longe de mim dizer que a educação não é importante; mas o que quero dizer é que esta pobreza toda que carregamos é porque não enfrentamos as questões postas pelas outras agendas. É por aí que surgem as nossas divergências.

Na minha geração e em minha formação demos importância a coisas que, nesse discurso, não encontram lugar. Primeiro, o acesso a ativos físicos é importante, sim. Não é só o acesso à terra, como também ao crédito. Apesar de toda a nossa sofisticação bancária, o volume do crédito no Brasil não chega a 25% do PIB, enquanto qualquer país desenvolvido tem um volume de crédito que supera o PIB. E o crédito ao pequeno produtor é um zero à esquerda. O pobre, aqui, quando tem um pequeno negócio não tem acesso ao crédito. No máximo, ele pode ter o

crédito ao consumo, nas Casas Bahia. Mas o sistema bancário não dá crédito para pobre.

Ricardo mostrou muito bem como a atenção de todos aqueles que estão preocupados com a desigualdade, nos Estados Unidos, está mais voltada para a coisa do capital humano. Sim, mas por quê? Porque lá o capital físico já não tem uma importância tão grande na explicação da variação na desigualdade. A renda proveniente do capital físico nos Estados Unidos vem baixando sistematicamente há muito tempo.

Eu posso estar equivocado, mas os números são mais ou menos esses: 30% do PIB americano são apropriados pelo capital e 70% pelo trabalho. Ora, no Brasil é o contrário, como o José Carlos mencionou. A renda proveniente do trabalho vem diminuindo sistematicamente em favor da renda do capital.

Em segundo lugar, temos a questão da universalização dos direitos civis. Eu não acho que a Constituição de 88 tenha resolvido a questão da cidadania. Foi um passo importante, mas não é uma coisa que se resolva por leis e decretos, apenas. Quem está preso no Brasil é pobre e preto (é verdade, temos na prisão um juiz branco e rico).

Em terceiro lugar, temos a agenda social-democrata, imposta pela 2ª Revolução Industrial, na qual parece que estamos andando para trás. A começar pela crescente informalização do mercado de trabalho, que vai contra toda a idéia da regulação, da proteção ao trabalho, e que nos países desenvolvidos foi cumprida ao longo do século XX. Veja o nosso salário mínimo, que aliás é algo que tem muito a ver com pobreza. Diante dos problemas postos principalmente pelas novas tecnologias, com base na informática, a

chamada 3ª Revolução Industrial passa a ganhar importância, a agenda que privilegia o acesso ao conhecimento e a formas alternativas, 'flexíveis', de trabalho.

Por exemplo, evidente que é interessante para uma mulher ter um posto de trabalho com a flexibilidade que a torne compatível com os seus compromissos domésticos; ou para um estudante que deseje financiar seus estudos.

Tampouco há nada a objetar quanto à polivalência, aos métodos de organização que tornem menos rígida a divisão do trabalho. Mas, não é disso que se trata na maioria dos casos, e sim da perda de direitos, da informalização ou, para usar o termo consagrado, da precarização do trabalho. Considero que a ênfase posta na "injustiça" e nas deficiências educacionais constitui uma mistificação. É jogar os problemas do desenvolvimento para debaixo do tapete.

O discurso adquire até um caráter progressista, quando aponta a má distribuição de renda e mostra como seria fácil acabar com a pobreza, desde que se tirasse um pouco dos "ricos" para repassar aos pobres.

Na verdade, ao denunciar o injusto e deixar de lado os problemas do desenvolvimento torna-se um discurso alienante, dificulta a discussão de tudo que impede a retomada do desenvolvimento econômico, como as limitações impostas pelo estrangulamento externo, pelo sucateamento da nossa infra-estrutura ou pela re-emergência de doenças como a tuberculose. E quanto às questões que são objeto específico deste debate, emprego e distribuição de renda, nada é dito sobre a retomada do crescimento de forma sustentada, sem o que não há a menor chance de resolvê-las. ■

* Presidente do IERJ.

A ênfase na 'injustiça' e nas deficiências educacionais constitui uma mistificação, isto é, jogar os problemas do desenvolvimento para debaixo do tapete

BALANÇO DO CORECON-RJ

UMA RECONSTRUÇÃO PERMANENTE

Transcorridos seis meses da posse da atual gestão do Corecon, o Plenário da entidade decidiu, por unanimidade, apresentar um balanço das atividades e preocupações com o futuro

A atual administração teve início com sérias e diversas dificuldades de fluxo de caixa, derivadas de dívida junto ao Cofecon, compromisso assumido na gestão passada, e ainda pelo elevado índice de inadimplência, que colocavam em risco a operacionalidade dos primeiros meses desta gestão.

Diante de um quadro de restrição financeira, esta gestão do Conselho, em um primeiro momento, voltou-se para dentro da sua estrutura administrativa, de modo a racionalizar métodos e procedimentos que pudessem fazer frente ao problema herdado, e reduzir os níveis de inadimplência, estancando o número de cancelamentos que atualmente superava o de novos registros.

Logo concluiu-se que não seria possível um mero processo de reestruturação administrativa da entidade, pois o nível de obsolescência e despreparo estrutural encontrava-se muito além do imaginado.

Cumprindo propostas de campanha, foi submetida e aprovada por unanimidade no Plenário a instauração de uma auditoria externa, com o objetivo de apurar eventuais problemas, encontrar métodos mais eficazes de gestão, gerar transparência e melhorar o atendimento à categoria. Os resultados desta auditoria serão divulgados tão logo a Comissão do Plenário, especialmente criada, conclua seu trabalho de apuração interna de responsabilidades.

Com base no relatório dos auditores independentes e em indicativos básicos de gestão, foi ajustado o fluxo de caixa, criando-se rotinas de informação sobre a execução orçamentária (balançotes e cheques emitidos no período estão registrados em nosso site) e determinando-se padrões de controle – inclusive, com a contratação de auditoria permanente, de modo a evitar que novos excessos como os verificados no passado recente venham se repetir.

Este esforço permitiu, ainda, a realização de alguns investimentos no sentido de

modernizar a instituição. Embora modestos, eles já nos garantiram a recuperação do projeto de constituição da Casa do Economista – espaço único de atividades do Corecon, IERJ e Sindecon – no 16º andar, do prédio da sede do Conselho.

Além disso, foi possível a ampliação do espaço da biblioteca, com a adoção de uma política de qualificação de seu acervo; o aprimoramento, em parceria com o IERJ, das instalações destinadas a cursos e treinamentos; criação de ambiente específico para as reuniões formais do Plenário; e início das obras de um mini-auditório, um espaço para exposições de arte e, principalmente, instalações mais adequadas para atendimento ao público e à categoria, que deverão estar concluídas até o fim do ano. Foi também adotada uma política de desenvolvimento do corpo funcional do Conselho, capacitando-o com programas que somarão 200 horas de treinamento no ano, em média.

A associação dessas iniciativas permitiu retomar o processo de fiscalização, garantindo proteção aos interesses da categoria, e redirecionar a atuação da entidade a seu objetivo maior que, a nosso ver, é o de zelar pelo exercício profissional em defesa da sociedade. Tal concepção levou a diversas ações do Conselho, exigindo que instituições como BC, Previ, Petrobrás e B do Brasil passassem a encarar a profissão de economista com mais respeito.

Tendo a categoria como foco, foi implantado o Clube de Economia, através do qual o Corecon formalizou convênios que oferecem descontos aos economistas e seus dependentes. Por iniciativa de seu Conselho Editorial, reconstituído, o *Jornal dos Economistas* passou por uma reformulação em seu projeto gráfico e editorial, procurando atingir novos campos de interesse.

Contudo, a ênfase na 'administração para dentro' limitou a capacidade do Conselho para realizar eventos e atividades usualmente demandadas pela categoria. Mesmo assim, co-orga-

nizamos ou colaboramos em encontros como a Campanha do Pleno Emprego, Seminário Internacional sobre Alternativas do Desenvolvimento e a Questão Regional, Tribunal das Privatizações, além de palestras e da montagem de diversas oficinas sobre temas referentes à conjuntura econômica e política.

O Corecon manteve ainda seu envolvimento com questões relacionadas ao ensino de economia, através da realização do Encontro Regional de Cursos, do lançamento do XII Prêmio de Monografia e do apoio ao Congresso da Associação Nacional de Cursos de Economia.

Foi realizado também um conjunto de atividades em comemoração ao cinquentenário da regulamentação profissional, destacando-se a criação do Prêmio Ricardo Bueno de Jornalismo Econômico, os debates sobre Projetos Alternativos para o Brasil e a publicação – em parceria com o Corecon-SP e o Conselho Federal – do livro "Economista: a história da profissão".

A restrição financeira levou ao adiamento de outros projetos de maior envergadura. Porém, este Plenário está convencido de que, a despeito dos esforços realizados, as dificuldades ainda existentes somente serão superadas em definitivo no médio prazo, exigindo realismo e atenção permanente na execução orçamentária das gestões futuras.

Há que se registrar que os Conselheiros do Corecon-RJ, conscientes dos problemas enfrentados pela entidade, entendem que muito há por fazer e que apenas foram dados os primeiros passos nesta direção.

Nesse sentido, conclamam a todos os economistas registrados nesse Conselho a participarem do processo eleitoral de renovação do próximo terço, agora em outubro.

Mais do que nunca é importante a participação de cada profissional na vida do Corecon-RJ.

Todos às eleições! ■

CAMPANHA ELEITORAL Eleição do Terço de 2001

CHAPA 1

MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO DOS ECONOMISTAS

A Chapa 1 é integrada por fundadores e membros históricos do Movimento de Renovação dos Economistas, que pretendem dar continuidade à atual gestão do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro e aprofundar a participação política da entidade junto à categoria profissional e à sociedade brasileira.

Os últimos anos foram testemunhas de importantes transformações em nosso Conselho, que fizeram o Corecon-RJ sair de uma situação saudável, com um saldo em caixa da ordem de R\$ 1 milhão, para uma situação financeira extremamente difícil, em 2000, ano em que acumulou dívidas que chegavam a R\$ 270 mil, junto ao Conselho Federal de Economia. Este estado de coisas provocou uma séria reação na categoria e também no próprio Conselho que, há cerca de um ano, decidiu por uma administração que redirecionou a entidade.

A gestão iniciada em janeiro de 2001 teve como objetivo central a recuperação do Corecon-RJ, a total transparência de suas contas, a sua reorganização e a reconquista da credibilidade da entidade junto à categoria e à sociedade.

Embora haja muito a fazer, constatamos que o Conselho recobrou sua capacidade de atuação, alcançando um equilíbrio financeiro, por certo ainda frágil, mas suficiente para reaver condições de dar curso às suas atividades, onde se destaca a intensificação da defesa do exercício profissional, o que levou a recursos judiciais contra, por exemplo, o Banco do Brasil, que agora terá dificuldade em recusar a função de economista em seu Plano de Carreira.

Assim como neste caso, outras instituições foram forçadas a assumir a necessidade legal do cargo de economista, o que amplia o campo

profissional da categoria.

Foi possível, ainda, promover uma reforma nas instalações físicas do Conselho, criar o Clube de Economia (convênios), instalar oficinas de discussão e ciclos de debates econômicos, entre outras atividades. Destaque-se também nossa participação no Fórum Popular de Orçamento e na regional do Fórum Social Mundial. A Chapa 1 entende que a atuação do Corecon-RJ deve estar balizada em duas grandes diretrizes: por um lado, a defesa e ampliação do mercado de trabalho do economista e a valorização de seu exercício profissional. Para isso, será fundamental a ação do Conselho nas questões envolvendo a formação profissional, quer na esfera do MEC, que está propondo alterações no currículo, quer junto ao poder legislativo que regulamenta a profissão. Outra diretriz é intensificar os debates sobre a economia brasileira, intervindo de maneira firme no cenário nacional, com destaque para a discussão sobre a economia fluminense. E tal discussão, por si só fundamental, ganhará um relevo ainda maior em 2002, em virtude da realização das eleições.

A discussão da política econômica sempre foi a marca do Movimento de Renovação dos Economistas, que acredita ser possível o estabelecimento de uma política econômica não excludente, que promova o emprego e a remuneração justa, privilegiando o bem estar da população.

Reafirmamos, ainda, o foco na pluralidade de idéias com a ampla participação de todos os setores da categoria no âmbito do Corecon-RJ. Deste modo, pretendemos que o *Jornal dos Economistas* e o site do Conselho sejam espaços abertos para o debate sobre as questões que interessam à categoria, ao ambiente econômico e à sociedade brasileira.

Queremos também aprofundar a democracia na entidade, instituindo o voto direto para a presidência do Corecon-RJ.

Estamos convencidos de que, para a implementação de nossos objetivos, necessitamos continuar o processo de recuperação financeira e administrativa da entidade, iniciado na gestão 2001, promovendo uma execução orçamentária transparente e participativa, cientes de que mediante a reforma nas instalações do Conselho e a inauguração efetiva da Casa do Economista estará se abrindo a possibilidade de ampliar a prestação de serviços à categoria, bem como a criação de cursos de atualização profissional, programações culturais e outras atividades comunitárias de que carecemos. Entendemos que tais diretrizes são convergentes. ■

A Chapa 1 está comprometida com a manutenção da política geral da atual gestão erguida sob o mote: zelar pela proteção ao exercício profissional em defesa da sociedade, já que temos certo que ao lutar pelo mercado de trabalho do economista beneficia-se a sociedade, que passa a ter a garantia de que recursos privados e interesses públicos estão sendo geridos por profissionais habilitados e eticamente compromissados com o bem estar social.

Por isso, pedimos o voto da categoria.

Em outubro vote:

Chapa 1 - Movimento de Renovação dos Economistas.

Endereço na internet:
apoios@mre.org.br

CAMPANHA ELEITORAL Eleição do Terço de 2001

CHAPA 2

INOVAÇÃO NO CORECON

Nascido há cinquenta anos como um órgão de defesa do exercício da profissão de economista, atualmente o Conselho Regional de Economia (Corecon), junto com o Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (IERJ) e o Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro (Sindecon), representa a categoria dos Economistas na nossa sociedade fluminense. Aquele papel traçado nos idos de 1950, para uma profissão infante a serviço do desenvolvimento brasileiro, mudou sua função no novo milênio.

Assim, nossa proposta para a categoria, neste momento de renovação do terço de 2001, é que o Corecon-RJ não seja apenas um órgão de fiscalização da categoria, mas uma entidade que seja capaz de organizar, com o IERJ e o Sindecon, uma atuação ampla dos economistas na sociedade, além de assistir aos seus associados nas suas demandas profissionais.

A Chapa Inovação no Corecon, composta por novos e antigos militantes da categoria, submete à apreciação de todos os economistas, desejando com isso receber críticas e sugestões que possam corrigi-lo e aperfeiçoá-lo, os pontos básicos de seu programa de trabalho para o triênio 2002/2004:

I – Objetivos de caráter permanente

> Estimular no seio da categoria o debate das questões relevantes que afetam ou podem afetar a economia nacional e regional, buscando alternativas ao atual modelo concentrador, recessivo e excludente.

II – Compromissos de Ordem Geral

> O principal compromisso desta chapa é com a democracia. Assim defendemos uma gestão democrática no Corecon, o que só poderá acontecer quando o estatuto que rege a nossa instituição for mudado. O atual foi elaborado durante o regime autoritário e tem como marca o poder do presidente em detrimento dos membros do Conselho. Urge alterar seu

conteúdo para que o plenário da entidade tenha maior autonomia na condução dos destinos da instituição.

> Nosso compromisso é que no ano de 2002 seja prioritária a reformulação do estatuto do Corecon e também propor que a resolução do SINCE/2000, realizado em Ouro Preto (MG), de que as entidades dos economistas elejam diretamente o presidente e vice do Corecon.

> Promover ações que conduzam à valorização da profissão de economista e ao aumento de sua capacitação técnica e consciência social.

> Manter a tradição democrática do Corecon, abrigando a troca de idéias entre contrários.

> Estreitar ainda mais as relações com as demais entidades representativas dos economistas, de outras categorias profissionais, universidades, movimento estudantil e organizações não governamentais.

III – Projetos Específicos

> Retomar a realização dos Encontros de Conjuntura, com vistas a produzir uma carta de conjuntura para o *Jornal dos Economistas*.

> Realizar simpósios no interior do Estado e na região metropolitana sobre problemas sócio-econômicos locais e nacionais.

> Cursos de Reciclagem e de Novas Técnicas para melhorar a inserção dos economistas no mercado de trabalho, como por exemplo, estimular a organização de peritos economistas.

> Retomar o funcionamento da Bolsa de Emprego.

> Uma política específica para o movimento estudantil de economia.

> Organizar um banco de dados sobre economia, informações necessárias para as análises econômicas.

> Os integrantes da Chapa Inovação no Corecon assumem o compromisso de envidar seus melhores esforços para realizar o programa de trabalho acima descrito. ■

Membros Titulares

- Lia Hasenclever - Doutora pela COPPE, Professora Adjunta do departamento de Economia da UFRJ.

- Ivo Bucaresky - Formado pela UFRJ e Mestrado em Administração Pública pela EBAP-FGV. Micro-empresário e Perito Econômico.

- Claudio Maciel - Formado pela UFRJ e Mestre em Administração Pública pela EBAP-FGV. Professor da Faculdade Moraes Jr, SUESC e Universidade Estácio de Sá.

Suplentes

- Marcelo Ayres - Formado pela UFRJ, pós graduado em Finanças pelo IBMEC, Economista da Petrobras. - Paulo de Sá Campello Faveret Filho - Formado pela UFRJ. Funcionário do BNDES.

- Heitor Ney Mathias da Silva - Mestre formado pela UFF. Atualmente trabalha na Secretaria de Ação Social do Governo do Estado do Rio. - Cristiane Soares - Mestre em Economia pela UFF. Atua como pesquisadora na FGV.

Delegado - Eleitor Efetivo

- Maria José Cylar Monteiro - Trabalhou como pesquisadora na FGV e é professora aposentada da UFRJ. Atual Conselheira efetiva do Corecon.

Delegado - Eleitor Suplente

- Sérgio Alvares da Fonseca Pinto - Funcionário do Banco do Brasil. Atualmente trabalha na Previ.

Conselheiro Federal

- Airton de Albuquerque Queiroz - Chefe de Departamento do Curso de Economia da UFF. Ex-diretor da XEROX do Brasil.

e-mail:

inovacaonocorecon@hotmail.com

VISITEM NOSSO SITE!

www.inovacaonocorecon.hpg.com.br

ELEIÇÃO DO TERÇO DE 2001

ELEIÇÕES OUTUBRO/2001

Leia atentamente as instruções sobre como votar

Siga rigorosamente os passos:

- Você poderá votar em uma urna que será instalada na sede do CORECON/RJ na Av. Rio Branco, 109/19º andar, no horário de 9:00 às 18:00 horas, do dia 26/10/2001, ou por correspondência, conforme instruções a seguir:

Como votar por correspondência:

- Você está recebendo em sua casa o material de votação:
- a cédula eleitoral, um envelope bran-

co (onde não deverá constar nenhum tipo de identificação do eleitor) e o envelope carta-resposta.

O que fazer:

1- assinale com um "x" na cédula o seu voto;
2- destaque a cédula e insira no envelope branco para preservar o sigilo do voto;
3- coloque o envelope branco com a cédula dentro do envelope carta-resposta;

4- cole o envelope carta-resposta e coloque no correio até o dia 26/10/2001

Atenção:

- voto por correspondência somente será computado se chegar à sua mesa eleitoral postado até o dia 26/10/2001
- a data de postagem e o registro postal serão conferidos pelo carimbo da ECT;
- quem votar por correspondência não poderá votar na mesa eleitoral, sob pena de ter seu voto anulado. ■



CHAPA 1 - MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO DOS ECONOMISTAS

CONSELHEIROS EFETIVOS:

RONALDO RANGEL - Mestre em Educação e Doutorando em Economia. Pesquisador na Universidade Cândido Mendes e professor dos Programas de MBA da FGV Management

ANGELA MARIA PUPPIN BUZANDOVSKY - Pós-graduada em Políticas Públicas e Governo pela UFRJ. Funcionária de carreira do IBGE aposentada.

BERNARDO KARAM - Professor do Instituto de Economia da UFRJ, da UERJ e Chefe do Departamento de Estudos Econômicos da UCAM.

CONSELHEIROS SUPLENTE:

ARTHUR CAMARA CARDOSO - Fundador do Movimento de Renovação dos Economistas. Pós-graduado pela COPPE/UFRJ. É consultor da ONU e economista no INPI.

MÁRIO LEMOS - Mestre pela UFF e Doutor pela UFRJ. Professor na UFF e Universidade Estácio de Sá. Economista no BNDES.

EDUARDO SCALETISKY - Mestre pela UFRGS e Doutor pela UFF. É professor na UFRRJ.

JULIO MIRAGAYA - Mestre em Planejamento Urbano pela UFRJ. Foi presidente do CORECON/DF e é consultor na iniciativa privada.

CONSELHEIRO EFETIVO DO COFECON:

JOÃO PAULO DE ALMEIDA MAGALHÃES - Doutor pela Universidade de Paris I. É autor de vários livros. Livre Docente da USP, professor titular na UERJ e UFRJ.

DELEGADO-ELEITOR EFETIVO:

CARLOS HENRIQUE TIBIRIÇA MIRANDA (Carque) - Pós-graduado pela FGV. Economista na FGV e Editor da Revista Agro Analysis (FGV).

DELEGADO-ELEITOR SUPLENTE:

GILBERTO ALCANTARA DA CRUZ - Consultor econômico na Engexiv - Engenharia e Projetos



CHAPA 2 - INOVAÇÃO NO CORECON

CONSELHEIRO EFETIVO:

IVO BUCARESKY - Graduado pela UFRJ. Pós-graduado pela Ebaop/FGV. Microempresário.

CLAUDIO MACIEL - Graduado pela UFRJ; mestre em Administração pública pela Ebaop/FGV; professor Estácio de Sá, Moraes Júnior, Suesoc

LIA HASENCLEVER - Graduada pela UFRJ. Doutora pela UFRJ; professora da UFRJ.

CONSELHEIROS SUPLENTE:

MARCELO AIRES - Graduado pela UFRJ; pós-graduado pelo IBMEC; economista da Petrobras.

PAULO FAVERET - Graduado pela UFRJ; pós-graduado pela Unicamp; economista do BNDES

HEITOR NEY MATHIAS DA SILVA - Graduado pela UFF; economista da Secretaria Estadual de Ação Social

CRISTIANE SOARES

CONSELHEIRO EFETIVO DO COFECON:

AIRTON DE ALBUQUERQUE QUEIROZ - Graduado pela UFF; ex-diretor da Xerox; professor e Chefe de Departamento de Economia na UFF.

DELEGADO-ELEITOR EFETIVO:

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO - Graduada pela UFRJ; professora aposentada pela UFRJ; técnica da FGV; Conselheira efetiva do CORECON/RJ

DELEGADO-ELEITOR SUPLENTE:

SÉRGIO PINHO - Graduado pela UFRJ; economista do Banco do Brasil e da Previ

JORNAL DOS
economistas

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ, IERJ E SINDECON-RJ



50 ANOS
1951-2001

PORTE PAGO
DR/RJ
PRT 0735/2000

IMPRESSO

Entregue aos Correios até 17.10.2001

